

Como a COVID-19 ameaça o acesso a alimentos de qualidade pela população brasileira?

Amanda Ferreira Guimarães

Mariela Meira Caunetto

Quando se trata de segurança alimentar, a grande preocupação está na disponibilidade de alimentos para a população. Da produção no campo até a mesa do consumidor, a situação de pandemia pela COVID-19 traz incertezas sobre a produção e chegada desses produtos aos lares. **Mas, o que é segurança alimentar?** Segundo a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), segurança alimentar é quando uma população tem acesso a alimentos em quantidade suficiente e qualidade nutricional adequada. Envolve palavras como fome, desnutrição, abastecimento, produção e estoque alimentar.

Não basta que as pessoas sejam alimentadas, mas sim que seja garantido o acesso a alimentos certos e nutritivos. Depois de caracterizar os impactos da COVID-19 na capacidade de suprimento da cadeia produtiva alimentar [no informe anterior](#), neste informe serão apresentados os riscos da pandemia sobre a segurança alimentar da população no mundo todo e no Brasil, em especial da população mais vulnerável. Ao final, são apresentadas possíveis ações para lidar com esses impactos tomando como base estudos científicos já publicados e relatórios da FAO.

Quais os impactos da COVID-19 no acesso à alimentação de qualidade por uma população?

Antes de falar sobre os impactos da COVID-19 no acesso à alimentação de qualidade, devemos distinguir o que são alimentos mais nutritivos de alimentos menos nutritivos. Alimentos menos nutritivos são aqueles processados, industrializados e com alta adição de temperos e conservantes – sal, açúcar, óleos e gorduras. Como exemplo, macarrões instantâneos, alimentos congelados, salgadinhos, embutidos, entre outros. Já os alimentos mais nutritivos são os alimentos mais frescos e com menor índice de conservantes e temperos, como **frutas, legumes e vegetais**.

Em reportagem recente do Ministério da Saúde, aponta-se que o consumo de **alimentos processados** em excesso, portanto menos nutritivos, é uma das principais causas de doenças crônicas como obesidade, diabetes e hipertensão. Pessoas nessas condições estão no grupo de risco, pois são doenças agravantes da COVID-19.

De acordo com a mesma reportagem, este hábito alimentar não é restrito somente a alguns grupos da população, porque além dos aspectos financeiros, isso é também um fator cultural no Brasil. Toda a população tem acesso mais fácil a esses alimentos, seja por uma questão de preferência – como é o caso dos mais ricos que optam pelo consumo de lanches, pizzas e salgadinhos – ou por questões econômicas

– no caso dos mais pobres ao consumirem enlatados, embutidos e congelados, muitas vezes mais baratos que os alimentos frescos. Sendo assim, a população em diferentes faixas socioeconômicas está sujeita a **doenças crônicas** causadas pela má alimentação.

Não é de hoje e nem somente pela COVID-19 que se alerta para a necessidade de alimentos mais nutritivos no cardápio da população, embora essa discussão ganhe importância no atual cenário. Embora os problemas de segurança alimentar atinjam ricos e pobres, os impactos da COVID-19 poderão ser distintos quando se consideram as diferenças entre as classes sociais. De modo geral, para os mais ricos, os impactos tendem a ser menores. Como observado nos informes anteriores, a cadeia produtiva alimentar não paralisou suas atividades. Por mais que enfrentem problemas na distribuição, o **fornecimento de alimentos** continua em supermercados e, recentemente, houve a reabertura de feiras livres na região. Além disso, o serviço de entrega tem sido usado como alternativa para que continuem suas atividades e o fornecimento de alimentos.

De acordo com a FAO, é mais provável que a pandemia da COVID-19 tenha graves repercussões em **áreas rurais e urbanas** mais **vulneráveis**. Isso porque nessas áreas estão as pessoas que nem sempre possuem acesso a serviços de entrega, que estão mais expostos aos problemas de desemprego e diminuição da renda. Isso afeta a condição de acesso a alimentos mais nutritivos, de logística mais difícil e normalmente mais caros. Como consequência, a demanda por alimentos de maior valor pode diminuir, particularmente em países mais pobres.

No Brasil, um estudo recentemente publicado demonstrou que as medidas de isolamento domiciliar já estão impactando na renda de trabalhadores informais e em pouco tempo poderá impactar também em trabalhadores assalariados, por conta do desemprego e redução da jornada de trabalho. Sendo assim, o número de pessoas em estado de vulnerabilidade tende a aumentar e, como resultado, dificultar ainda mais o acesso a alimentos mais nutritivos. Além disso, o fechamento de escolas também é preocupante, visto que, para muitas crianças é a merenda escolar a principal fonte de nutrição no dia a dia.

O que aparece como um ponto positivo para o Brasil, conforme apresentado pela professora Maria Sylvia Saes da Universidade de São Paulo, é a grande quantidade de produtores rurais próximos aos centros urbanos. Para a professora, neste momento em que a circulação de pessoas e distribuição de alimentos está um pouco mais difícil, a utilização da mão de obra familiar e o estímulo aos produtores locais aparece como uma oportunidade para garantir a segurança alimentar das grandes cidades e, inclusive, desta população mais vulnerável que, além de possuir menor renda, está enfrentando o desemprego.

No momento, são necessárias **ações** para garantir que principalmente a população mais vulnerável tenha acesso a alimentos nutritivos, considerando-se que a boa alimentação pode ser uma aliada na saúde e prevenção à contaminação pela COVID-19. Abaixo, algumas possíveis ações são destacadas.

Quais ações para possibilitar o acesso à alimentação de qualidade para população?

- Aumentar o incentivo na agricultura local e familiar, de forma a facilitar a distribuição de frutas, legumes e vegetais para a população com maior dificuldade de acesso;
- Alterar os modos de distribuição de alimentos da merenda escolar, combinando prazos de entregas nas escolas, para as famílias dos alunos, ou fazendo uso de unidades móveis, para que o alimento chegue a essas famílias;
- Redistribuir os alimentos destinados à merenda escolar, visando a se manter a demanda para os produtos da agricultura local ou familiar: por exemplo, doar para instituições que trabalham com pessoas em maior grau de vulnerabilidade;
- Ampliar os recursos para programas de proteção social para compra de alimentos mais nutritivos, como nos programas de alimentação escolar;
- Isenção de impostos sobre alimentos básicos para as famílias com crianças em idade escolar, ou para famílias de trabalhadores dos setores econômicos afetados;
- Ação com a agricultura local, definindo uma estrutura logística, para que possam ser entregues alimentos frescos na casa das pessoas;
- Articular os sistemas de distribuição locais formais, como as Centrais Estaduais de Abastamento do Paraná (CEASA), para facilitar a distribuição e acesso aos alimentos nutritivos presentes na agricultura familiar e local;
- Uso de instrumentos digitais para divulgação e comunicação sobre os pontos de entrega, disponibilidade, e recomendações de higienização dos produtos.

Pela leitura, podemos perceber que a saúde da população em tempos de COVID-19 depende, não somente de alimentação por si só, mas do acesso a alimentos nutritivos, como os alimentos frescos e da agricultura local, levando em conta restrições de abastecimento, logística e econômicas. Contudo, podemos ver que, embora toda a população passe pelo mesmo problema, a população mais vulnerável sofre ainda mais, por conta dos problemas financeiros, que impossibilitam a compra e o acesso a alimentos de qualidade. Por isso, são necessárias ações que garantam a oferta e distribuição de alimentos mais nutritivos para essa população.

Além de todas essas ações, é importante sempre lembrar que o acesso a alimentos mais nutritivos deve ser acompanhado da correta higienização de todos os itens vindos de mercados, feiras livres ou doações. Esses cuidados com a correta limpeza dos alimentos serão o assunto do próximo informe, que será publicado no tema 4, sobre saúde e segurança do alimento.

Saiba mais:

[OLIVEIRA, T. C.; ABRANCHES, M. V.; LANA, R. M. Insegurança alimentar no contexto da pandemia por SARS-COV-2. Cad. Saúde Pública, 2020.](#)

[FAO. Early Warning Early Action: report on food security and agriculture. Abril-Junho, 2020. LANCKER, W. V.; PAROLIN, Z. COVID-19, school closures, and child poverty: a social crisis in the making. The Lancet, 2020.](#)

[MARQUES, B. Insegurança alimentar leva a doenças que agravam covid-19. Portal R7. Abril, 2020.](#)

[NAÇÕES UNIDAS BRASIL. COVID-19: FAO pede medidas em favor da população que depende da alimentação escolar. Março, 2020.](#)

[SAES, M. S. M. Segurança alimentar e de alimentos na pandemia. Abril, 2020.](#)

Maringá, 06 de Maio de 2020.

Equipe:

Priscila Duarte Malanski

Amanda Ferreira Guimarães

Daniel Teixeira dos Santos Braz

Mariana Augusta de Souza

Mariela Meira Caunetto

Priscilla Tiara Torrezan Chaves

Coordenação

Prof. Dr. José Paulo de Souza (PPA/ UEM)

Profa. Dra. Sandra Mara de Alencar Schiavi (PPA/UEM, PCE/UEM)